



STF RETOMA JULGAMENTO SOBRE DATA BASE DOS SERVIDORES

PÁGINA 03

ATUAL DIRETORIA ENCERRA MANDATO

PÁGINA 04

NOTÍCIAS DO CONSELHO FISCAL

PÁGINA 07

REUNIÕES NO MINISTÉRIO DA SAÚDE NÃO AVANÇAM

PÁGINA 06

PLENÁRIA DA FENASPS

PÁGINA 02

SEMINÁRIO DO MTb

PÁGINA 03

PRESTAÇÃO DE CONTAS

PÁGINA 07

VEJA QUEM SÃO OS COMPONENTES DA ÚNICA CHAPA INSCRITA PARA AS ELEIÇÕES DO SINTSPREV-MS

PÁGINA 05

VEJA COMO ESTÁ O ANDAMENTO DOS PRINCIPAIS PROCESSOS JUDICIAIS COLETIVOS

PÁGINA 06

ASSISTENTES SOCIAIS DO INSS REALIZAM ENCONTROS ESTADUAL E NACIONAL

PÁGINA 08

EDITORIAL

OS COMBUSTÍVEIS E AS ELEIÇÕES

O recente protesto de Caminhoneiros contra o preço do óleo diesel serviu também para despertar a atenção da sociedade a respeito da política de preços adotada pela Petrobras.

Até 2015 os preços dos combustíveis e do gás de cozinha eram controlados pelo governo, independentemente do valor do petróleo no exterior. O governo interferia no preço do combustível para controlar a inflação, ainda que isso implicasse em redução da margem de lucro da Petrobras.

Com o governo Temer, em 2016, os reajustes nos preços dos combustíveis passaram a levar em consideração apenas as variações do dólar e do petróleo no mercado internacional.

Em vez de investir na produção própria, a direção da Petrobras preferiu importar os produtos, favorecendo as empresas estrangeiras, em especial dos EUA, que em 2017 passaram a fornecer 80% do total do diesel consumido pelo Brasil.

Em consequência, a empresa brasileira foi obrigada a reduzir sua produção, passando inclusive a desativar unidades de extração de petróleo. Ao reduzir sua produção, a Petrobras reduz também seu poder de influenciar os preços no mercado mundial.

A opção pela importação de petróleo implica também na redução de empregos diretos e indiretos para os brasileiros, reduz a arrecadação de impostos, aumenta os impactos recessivos, e obriga os consumidores brasileiros a pagar mais caro pelo combustível e pelo gás de cozinha.

Afinal, a Petrobras deve fixar o preço dos combustíveis visando apenas o lucro ou deve levar em consideração os interesses da nação? A resposta a essa questão depende da concepção que cada pessoa tem a respeito do papel do estado. A quem e a quais interesses o estado deve servir?

Antes de votar, em outubro, saiba o que os candidatos pensam a respeito do assunto. Assim você saberá para quem eles vão governar depois de eleitos.

SEMINÁRIO PARA SERVIDORES DO MTb

A FENASPS e a CONDSEF, realizam Seminário conjunto para discutir os impactos da Lei 13.667/18, para os servidores do MTb. A referida Lei foi aprovada para atender determinação do TCU, que exigiu do Ministério do Trabalho maior controle sobre o repasse das verbas para os convênios financiados pelo FAT.

Embora neste primeiro momento não devam ocorrer grandes mudanças nas atividades das Superintendências Regionais do Trabalho, é necessário avaliar a capacidade operacional e disponibilidade de servidores preparados para exercer as novas funções de coordenação, fiscalização e acompanhamento dos convênios a serem realizados pelo Ministério do Trabalho.

O Seminário deve ser realizado em julho de 2018, em Brasília – DF. O SINTSPREV-MS estará presente ao evento, representado pela diretora Lucineide Miranda de Souza Benites, servidora lotada na Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul.



PLENÁRIA DA FENASPS

A servidora do INSS, Anita Terezinha Nunes Borba, representou o SINTSPREV-MNS, Na Plenária Nacional da FENASPS, realizada no dia 20/5/2018, em Brasília-DF.

A Plenária Nacional da FENASPS aprovou resolução orientando a realização de atividades conjuntas com os demais Servidores Públicos Federais (SPFs) contra o neoliberalismo e pelo fortalecimento da luta em defesa dos Serviços Públicos das carreiras do Seguro, da Seguridade Social e Anvisa.

Aprovou também a publicação de documento público contra a ingerência política e as indicações dos apadrinhados políticos para ocupar cargos no Serviço Público.

INSS TEM NOVO PRESIDENTE

Edison Garcia, procurador federal de carreira há 33 anos, é o novo presidente do INSS. Ele assumiu o cargo dia 05/06/2018, em substituição a Francisco Lopes, demitido em decorrência da contratação de empresa de Informática, cuja sede funcionava numa loja destinada a venda de bebidas, para fornecer programas de computador ao órgão.

O contrato no valor de R\$ 8,8 milhões foi assinado em abril, mesmo após parecer de técnicos do INSS indicar que os programas de computador oferecidos pela empresa não terem utilidade para o órgão.

O novo presidente aposta na tecnologia para reduzir a presença de segurados nas agências e se diz otimista para vencer suas principais missões à frente da autarquia: promover engajamento, agilizar o atendimento, combater fraudes e conquistar nomear 475 concursados até agosto, quando vence o cadastro de reserva.

SINTSPREV-MS

Sindicato dos Trabalhadores Públicos Federais em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social em Mato Grosso do Sul.

Rua Salim Maluf nº69 - Bairro Bandeirante
CEP 79006-450 - Campo Grande-MS

sintsprev-ms@sintsprev-ms.org.br

TELEFONE FIXO (67) 3028-1057 VIVO

CELULARES

GERAL (67) 98218-0031 TTM

JURÍDICO (67) 98218-0030 TTM

WWW.SINTSPREV-MS.ORG.BR

FENASPS CONDSEF CUT

SUPREMO RETOMA JULGAMENTO SOBRE DATA-BASE DOS SERVIDORES

O Supremo Tribunal Federal (STF) pautou para o dia 20/06 a retomada do julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 565089, que trata da ação que busca o reconhecimento do direito dos servidores públicos à data-base, para revisão anual de salários.

O julgamento foi suspenso em 2014, quando o placar da votação estava 4 a 3, contra o direito à data-base. Os ministros Marco Aurélio (relator), Cármen Lúcia e Luiz Fux, votaram favoravelmente aos servidores. Já os ministros Gilmar Mendes, Rosa Weber, Roberto Barroso e Teori Zavascki – posteriormente substituído por Alexandre Moraes, foram contrários à garantia da data-base. Faltam votar ainda

os ministros Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski, Celso de Melo e Edson Fachin.

Além da entrega dos memoriais jurídicos, discorrendo sobre as justas razões para pôr fim ao desrespeito a um direito fundamental de toda e qualquer categoria, previsto expressamente no inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, as entidades sindicais estão tentando uma audiência com os quatro ministros que ainda vão votar.

Também está sendo convocado um Ato Conjunto das várias categorias de servidores federais no STF para o dia 19/6, às 15h, com o propósito de pressionar os ministros por decisão favorável na

retomada do julgamento no dia seguinte. Para tanto, as entidades de representação nacional estão chamando caravanas à Brasília-DF.

Aproveitando a oportunidade também serão realizados atos para pressionar o governo a negociar a pauta de reivindicações do funcionalismo.

O momento exige máxima mobilização dos servidores na luta para fazer valer e seus direitos, o que é fundamental para estabelecer uma política salarial permanente para o conjunto do funcionalismo, pondo fim à busca de soluções paliativas e que exigem grande sacrifício e exposição de todos os servidores.

GREVE DOS CAMINHOEIROS: QUEM PAGA A CONTA

O governo federal publicou no Diário Oficial da União de 31/5/2018, uma série de medidas destinadas a assegurar os recursos necessários para cobrir a conta do acordo de redução do preço do óleo diesel, firmado com os Caminhoneiros para colocar fim à greve que provocou bloqueios de estradas e desabastecimento em todo país.

Os recursos, estimados em R\$ 9,58 bilhões, serão obtidos com a redução de parte dos incentivos à indústria química e de exportadores, da reordenação da folha de pagamento de alguns setores da economia e, principalmente, com o corte de recursos de diversos ministérios, que pagarão a maior fatia do acordo: 5,7 bilhões.

Os cortes no orçamento do governo atingirão, dentre outras, as seguintes áreas:

- Saneamento Básico - Previdência Social – Sistema Único de Saúde (SUS) - Habitação de Interesse Social – Transporte (manutenção e adequação de 40 estradas) - Demarcação de Terras Indígenas - Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar – Desenvolvimento de Assentamentos Rurais
- Gestão de Políticas Públicas de Juventude
- Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

BENEFÍCIOS DE SERVIDORES DO EXECUTIVO CONTINUAM CONGELADOS, MAS DO JUDICIÁRIO SÃO REAJUSTADOS

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou no dia 1º de junho, portaria reajustando em 3% os auxílios alimentação e pré-escolar dos servidores do Poder Judiciário, que passam a ser de R\$ 910,08 e R\$ 712,62, respectivamente. Para os servidores do Legislativo federal, o valor do Auxílio Alimentação é de R\$ 982,29 e do Auxílio Pré-escolar é de R\$ 790,10.

Enquanto isso, os servidores do Executivo federal continuam seus benefícios congelados, desde 2016, em R\$ 458,00 (alimentação) e R\$ 321,00 (pré-escolar). A justificativa do governo é a Emenda Constitucional que congelou os gastos públicos, o ajuste fiscal, etc. Pior ainda é que o próprio poder Judiciário legitima essa discrepância, sob o argumento de não poder interferir na autonomia entre os três poderes.

Não somos contra os valores pagos aos servidores dos demais poderes. Eles são justos! O que não se pode admitir é esse tratamento desigual.

Isso é injusto, revolta e só aprofunda as desigualdades sociais! Afinal, todos somos servidores federais e merecemos o mesmo tratamento.

A busca por isonomia de benefícios entre os três Poderes, inclusive, sempre foi e continua sendo uma das principais bandeiras na luta do funcionalismo, solenemente ignorada até os dias atuais pelos representantes dos três poderes.

O que se vê na verdade, é a união entre Legislativo, Executivo e Judiciário para perpetuar o tratamento desigual e discriminatório, como foi no caso da PEC do teto dos gastos públicos, onde o Legislativo aprovou a Lei que autorizou o Executivo a congelar os gastos públicos, que por sua vez, conta com a proteção do Judiciário para legitimar essa política, que penaliza apenas os servidores do Executivo e as camadas sociais que necessitam do serviço público.

Há outro caminho senão a luta?

ASSEMBLEIA GERAL ELEGEU COMISSÃO ELEITORAL

Em 14/4/218 foi eleita a Comissão responsável pela condução do processo eleitoral para escolha da diretoria do Sindicato, gestão 2018 a 2021, composta pelos servidores: José Eduardo Pinto Benites (Presidente); Jorge Guimarães (Secretário);

Mirta Miranda Pereira (Vogal); Oscarlino Rodrigues Silva (Suplente) e; Adão Rédua Pádua(Suplente).

As regras do processo eleitoral encontram-se detalhadas no Regimento Eleitoral. Em janeiro de 2018 a Direção do Sindicato enviou a to-

dos os filiados um Livreto contendo Estatuto, Regimento Interno e Regimento Eleitoral. Tais instrumentos normativos também estão disponíveis no site eletrônico do SINTSPREV-MS (<http://www.sintsprev-ms.org.br>).

ATUAL DIRETORIA ENCERRA SEU MANDATO

Não poderíamos publicar esta edição do Jornal do SINTSPREV-MS, sem apresentar uma breve análise administrativa e política da gestão que estamos encerrando.

Considerando a difícil situação financeira de quando assumimos a direção, em julho de 2015, estamos felizes e realizados, pois chegamos ao final de maio/2018 com as contas todas em dia e com um saldo bancário de R\$ 111.432,29.

Pretendemos atingir R\$ 120.000,00 até o final da gestão, que se encerra em 13 de julho próximo.

E um detalhe muito importante: nosso sindicato não recebe um centavo sequer do chamado Imposto Sindical. Todo dinheiro arrecadado vem da contribuição consciente e espontânea dos filiados, que certamente podem se orgulhar desse fato.

Agradecemos à categoria pelo apoio e confiança que sempre nos prestou e nos comprometemos em continuar dessa forma na próxima gestão.

BALANÇO ADMINISTRATIVO

Sem receber informações, documentos ou esclarecimentos da direção anterior a respeito da situação financeira e patrimonial da entidade, aos poucos fomos “descobrimos” a triste realidade financeira do nosso Sindicato, cujas dívidas, contas em atraso e encargos sociais não recolhidos, totalizaram mais de R\$ 290.000,00.

Pautamos nossa atuação no planejamento e decidimos com racionalidade e impessoalidade, o que possibilitou equacionar as dívidas existentes e alcançar o equilíbrio financeiro do Sindicato, de forma que ao final de nosso mandato, resta apenas uma dívida a ser paga, no valor de R\$ 70.000,00, referente a um empréstimo contraído no ano de 2012, junto à CUT-nacional.

Simultaneamente, investimos em comunicação, por meio da publicação bimensal e regular do Jornal impresso do SINTSPREV-MS e na alimentação do site eletrônico do Sindicato, instrumentos que utilizamos também prestar contas dos valores que o Sindicato arrecada e no que gasta o dinheiro da categoria. Enfim, adotamos a transparência, a moralidade e a racionalidade como alicerces de nossas ações.

A partir do segundo ano do nosso mandato, o Sindicato passou a ter superávit mensal, possibilitando melhorar a estrutura administrativa, por meio da aquisição progressiva de móveis, cadeiras, computadores, impressoras, equipamento de som e até um veículo novo (Etios Sedan). Investimos também nas Delegacias de Três Lagoas e de Dourados.

Investimos na modernização da organização administrativa, disponibilizando no site eletrônico do Sindicato informações e instrumentos de controle e acompanhamento financeiro e patrimonial. Além disso, somos o primeiro Sindicato de Mato Grosso do Sul, a fazer sua eleição totalmente pela internet.

BALANÇO POLÍTICO

Em que pese as nossas limitações pessoais, nos empenhamos para participar e apoiar financeiramente das lutas políticas do conjunto da classe trabalhadora contra a Reforma da Previdência e Trabalhista e em Defesa do SUS.

Racionalizando a quantidade de pessoas e de custos, participamos de atividades nacionais, como reuniões e plenárias da CNTSS-CUT, da FENASPS e do Fórum de Servidores Federais. Participamos do Congresso da CNTSS-CUT e da FENASPS, e de outros eventos nacionais importantes para a categoria.

Realizamos o XI Congresso Estadual do SINTSPREV-MS, ocasião em que foi aprovada a refiliação do Sindicato a FENASPS. Elaboramos e aprovamos o novo Estatuto, Regimento Eleitoral e Regimento Interno.

Realizamos dois Encontros Estaduais e participamos do Encontro Nacional de Assistentes Sociais do INSS, promovemos estudo e Seminário sobre alternativas aos Planos de Saúde. Buscamos a valorização de aposentados e pensionistas, realizando encontros na sede do Sindicato e sediamos a realização do XIX ENAPO (Encontro Nacional de Aposentados e Pensionistas).

Realizamos assembleias, visitamos a categoria nas principais regiões do estado e participamos ativamente das atividades e eventos políticos locais e nacionais.

Enfim, fizemos tudo que estava ao nosso alcance. Hoje o SINTSPREV-MS está organizado e estruturado, não deve favor a ninguém e é dono do seu próprio destino.

ELEIÇÃO ACONTECE DIAS 25 E 26 DE JUNHO

Nos dias 25 e 26 de junho de 2018, os filiados do SINTSPREV-MS, que confirmaram seus dados cadastrais no site do Sindicato até o final de maio/2018, estarão elegendo a nova Diretoria Colegiada Estadual, gestão 2018 a 2021.

O resultado será divulgado no site eletrônico do SINTSPREV-MS poucos minutos após o encerramento da votação. Ou seja, logo após as 18 horas do dia 26

de junho. A posse da nova diretoria deve acontecer no dia 13 de julho de 2018, quando termina o mandato da atual.

Nos termos do Art. 51º, do Regimento Eleitoral, a eleição será feita exclusivamente pela internet. O processo de votação será aberto as 08h00min (oito) horas do dia 25 e ficará disponível ininterruptamente até às 18h00min (dezoito) horas do dia 26.

Para quem não dispõe de computador ou celular com acesso à internet, será disponibilizada sala com computador e auxílio da Comissão Eleitoral, na sede do Sindicato, em Campo Grande e em Dourados.

Como apenas a Chapa denominada INTERAÇÃO SOCIAL requereu inscrição para concorrer à eleição, os filiados votarão SIM ou NÃO.

COMO VOTAR

Alguns dias antes da data da eleição, a Comissão Eleitoral enviará uma mensagem do "Sistema Easy Voto", para o e-mail dos filiados que confirmaram seus dados cadastrais no site do SINTSPREV-MS até o final de maio/2018.

Nos dias da eleição (25 e 26/6) basta ler a mensagem e anotar a senha. No próprio e-mail haverá uma opção de "Acesso a Urna". Ao clicar neste local o sistema solicitará

o número do CPF e a senha que foi enviada pela Comissão Eleitoral. Depois disso, clique na palavra Acessar. Na sequência, clique em VOTAR AGORA e aguarde aparecer as opções para votar e clique em uma das seguintes alternativas: SIM – NÃO – Voto em Branco – Voto Nulo. Após fazer sua escolha, o sistema ainda vai perguntar se deseja Retornar e mudar o voto. Quando estiver tudo certo, clique em Registrar o voto.

Depois de registrado o voto, aparecerá uma mensagem informando a data e o horário de registro do voto, bem como a opção de gerar e imprimir o comprovante de voto contendo a autenticação.

Veja quem são os componentes da Chapa INTERAÇÃO SOCIAL:

MEMBROS EFETIVOS DA DIRETORIA EXECUTIVA:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

01	GASPAR FRANCISCO HICKMANN	Ministério da Saúde
02	LEILA MARIA DA SILVA CORDEIRO	INSS

SECRETARIA DE FORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

01	ANITA TEREZINHA NUNES BORBA	INSS
02	SERGIO CONCEIÇÃO CHAVES	Ministério da Saúde

SECRETARIA DE POLITICAS SOCIAIS

01	ELIO ARAÚJO DE OLIVEIRA	Ministério da Saúde
02	HIRLEY RUTH SENA	INSS

SECRETARIA DE APOSENTADOS

01	APARECIDO TEIXEIRA GOMES	Ministério da Saúde
02	OSNÁLIA RIBEIRO DE ALMEIDA	FUNASA

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

01	LUCINEIDE M. DE SOUSA BENITES	MTB
02	MABEL DE SCHUELER MARTINS PITHAN MABEL DE SCHUELER MARTINS PITTHAN	Ministério da Saúde

MEMBROS SUPLENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA:

01	CARLOS EDUARDO SOARES	FUNASA
02	DALVELINA DA COSTA LEITE	ANVISA
03	JOSE HENRIQUE VIEIRA MARTINI	INSS
04	THELMA ELITA MIRANDA DE ASSIS	MTB
05	VALMIR DOS SANTOS SILVEIRA	Ministério da Saúde

MEMBROS DAS DIRETORIAS REGIONAIS:

REGIÃO NORTE

01	JORGE DE OLIVEIRA CRUZ	EFETIVO	Ministério da Saúde
02	ROBERTO MARTINS DA SILVA	EFETIVO	Ministério da Saúde
03	ANTONIO ANDRADE DA CONCEIÇÃO	SUPLENTE	Ministério da Saúde

REGIÃO LESTE

01	CLAUDIOMAR GARCIA TOSTA	EFETIVO	Ministério da Saúde
02	NIVALDO GONCALVES DOS REIS	EFETIVO	Ministério da Saúde
03	VALDIR TORRES CAMARGO	EFETIVO	Ministério da Saúde
04	ITAMAR ALVES DA COSTA	SUPLENTE	FUNASA
05	RONALDO INÁCIO DA SILVA	SUPLENTE	INSS

REGIÃO OESTE

01	FERNANDA C. F. GUELI PUERTA	EFETIVO	INSS
02	JOÃO CARLOS DA SILVA	EFETIVO	Ministério da Saúde
03	MAURO BRITO CALONGA	EFETIVO	Ministério da Saúde
04	PRISCILA CAVALCANTE DA SILVA	EFETIVO	INSS
05	SADY SOARES DIAS	EFETIVO	Ministério da Saúde
06	ELIAS RODRIGUES DE ALENCAR	SUPLENTE	Ministério da Saúde
07	PODALIRIO MENEZES DE O. JUNIOR	SUPLENTE	INSS
08	SILVIO DE ANDRADE NETO	SUPLENTE	INSS

REGIÃO SUL

01	CESAR DOMINGOS RIBAS	EFETIVO	Ministério da Saúde
02	JOAQUIM VALTER CARVALHO	EFETIVO	Ministério da Saúde
03	SERGIO NOVAES	EFETIVO	Ministério da Saúde
04	VIDAL ROJAS	EFETIVO	INSS
05	WILSON LEITE DA ROCHA	EFETIVO	Ministério da Saúde
06	GERALDO SILVA E SOUZA	SUPLENTE	Ministério da Saúde
07	HERMINIO GALEANO	SUPLENTE	MTB
08	VALDECI SIQUEIRA DA SILVA	SUPLENTE	INSS

Negociações no Ministério da Saúde não avançam!

Aconteceu no dia 07 de junho, em Brasília-DF, reunião da Mesa Setorial de Negociação Permanente do Ministério da Saúde (MSNP/MS), que abordou os seguintes pontos: reestruturação das tabelas salariais; realização de concurso público; revisão dos valores dos benefícios; comitê de Carreira da Seguridade Social; aumento do per capita nos planos de saúde; Projeto de Lei sobre GACEN, Gratificação e insalubridade dos servidores da SESAI, e revisão da ON 15, que dispunha sobre a contagem de tempo especial insalubre.

O diretor do SINTSPREV-MS, Élio Araújo Oliveira, que também é diretor da CNTSS-CUT, participou da reunião, juntamente com representantes da FENASPS e da CONDSEF, ao tempo que o governo esteve representado pelo diretor do Departamento de Relações de Trabalho no Serviço Público (Deret/SGP), Paulo Campolina, e sua equipe.

O representante do governo afirmou que não havia como dar parecer favorável a qualquer alteração que impli-



casasse em impacto financeiro, devido a grave crise fiscal que o país atravessa, não havendo nenhuma possibilidade de reestruturação da carreira da Seguridade Social. Em decorrência, boa parte dos pontos da pauta estava prejudicada.

Adiantou, entretanto, que existe um grupo de trabalho dentro do Ministério do Planejamento revisando os mais de trezentos mil cargos existentes no serviço público, com o objetivo de promover uma reestruturação nas gratificações, porém, ainda sem prazo para conclusão.

Sobre a GEAP, afirmou que governo estipulou um prazo até o final do mês

de junho para solucionar o problema da Geap, seja pelo resgate ou pela extinção.

Em relação ao retorno do pagamento da insalubridade aos servidores da SESAI, assim como em relação à contagem do tempo especial insalubre do período celetista, afirmou que o Ministério aguarda um parecer jurídico da AGU – Advocacia Geral da União, e que tão logo tal parecer esteja

disponível, os representantes do Planejamento darão retorno às entidades sindicais.

Os dirigentes sindicais manifestaram sua indignação pela absoluta falta de resolutividade e de avanço nas negociações. O representante do governo alegou que nada pode fazer de concreto por não haver autorização do Ministro do Planejamento.

Como se vê, a única alternativa que resta aos servidores é partir para a radicalização. É hora de todos os servidores do Executivo se unirem e paralisar o país. Quem sabe assim o governo de resolver negociar.

ENCONTRO DE ASSISTENTES SOCIAIS DO INSS

ETAPA ESTADUAL

Realizado no dia 04 de maio de 2018, na sede do SINTSPREV-MS, o Encontro debateu a realidade do Serviço Social para os Assistentes Sociais no INSS, em Mato Grosso do Sul, apontou encaminhamentos e propostas para a etapa nacional.

Além dos profissionais do serviço social do INSS/MS, o evento contou com a presença da Presidente do CRESS/MS (21ª Região) Francisca Bezerra, e dos palestrantes Júlio Cesar Jesus (Aracajú/SE) e Ailton Marques de Vasconcelos (São Paulo/SP).

O Encontro foi organizado pelo SINTSPREV-MS em conjunto com a Comissão Nacional de Assistente Sociais da FENASPS, representada em Mato Grosso do Sul, por Fernanda C. F. Gueli Puerta, Assistente Social do INSS, lotada no município de Jardim.

ETAPA NACIONAL

Organizado pela Comissão Nacional de Assistentes Sociais da FENASPS, o 2º Encontro Nacional em Defesa da Previdência e do Serviço Social no INSS, aconteceu dias 26 e 27 de maio, em Brasília-DF, e debateu sobre os desafios para o Serviço Social em meio ao desmonte do INSS.

Para participar da etapa nacional, em nome do SINTSPREV-MS, representando os trabalhadores do Serviço Social do INSS de Mato Grosso do Sul, foram indicadas as Assistentes Sociais Hirley Ruth Sena, Priscila Cavalcante da Silva e Tereza Albuquerque.

O Encontro Nacional discutiu sobre a reforma da Previdência, sobre o processo de trabalho, sobre atribuições dos profissionais do serviço social e sobre a organização sindical. Ao final do Encontro foram aprovadas as propostas elaboradas pelos grupos de trabalho, cujo relatório está disponível no site da FENASPS.

FECHANDO A GESTÃO COM SALDO FINANCEIRO POSITIVO

Apresentamos abaixo o resumo das receitas e das despesas do nosso Sindicato, relativo aos meses de abril e maio de 2018. Assim, restará ainda o mês de junho e 13 dias de julho para fechar o período da atual gestão.

Lembramos que mensalmente o Conselho Fiscal analisa os documentos relativos à prestação de contas, verificando receitas e os comprovantes das despesas do Sindicato. A cada seis meses o Conselho emite seu Parecer quanto à regularidade formal e material das contas da direção.

Além disso, publicamos um resumo mensal dessas contas no Jornal do SINTSPREV-MS, que tem circulação bimensal. Essa mesma publicação é feita mensalmente também no site eletrônico do Sindicato, que disponibiliza ainda a prestação de contas patrimonial, mostrando quais são, onde estão localizados e qual o valor de mercado dos bens patrimoniais do nosso Sindicato.

Visite nosso site eletrônico (<http://www.sintsprev-ms.org.br>) e saiba mais sobre o seu Sindicato.

NOTÍCIAS DO CONSELHO FISCAL

PARECER

O Conselho Fiscal do SINTSPREV-MS se reuniu no dia 14 de abril de 2018, para analisar as contas referentes ao período de setembro/2017 à Março/2018, deliberando, por unanimidade, pela aprovação das contas que foram julgadas regulares sem ressalvas.

Participaram da reunião os membros titulares do Conselho: Fernando Veríssimo de Souza (Presidente); Francisco da Cruz (Secretário) e Wilson Leite da Rocha (Vogal).

RENÚNCIA

No dia 14 de maio de 2018, o Conselheiro Wilson Leite da Rocha, apresentou carta de RENÚNCIA de seu mandato ao Conselho Fiscal, em razão de sua candidatura na eleição do SINTSPREV-MS, onde concorrerá ao cargo de membro efetivo da Diretoria Regional Sul (Dourados).

Para o seu lugar foi convocado o primeiro suplente, Aldo Lopes do Amaral.

ELEIÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do SINTSPREV-MS não são eleitos na mesma data que os membros da Diretoria Colegiada Estadual. Eles são eleitos pelo Congresso Estadual do Sindicato, que acontece a cada três anos.

Esse sistema visa assegurar que o mandato dos membros do Conselho Fiscal seja desvinculado e independente da Diretoria do Sindicato. Afinal, o seu principal papel é exatamente fiscalizar os atos administrativos e financeiros da Diretoria.

Portanto, o mandato do atual Conselho Fiscal vai até a realização do próximo Congresso do Sindicato que deve acontecer no ano de 2019.

PRESTAÇÃO DE CONTAS MAIO/2018	RS
Saldo bancário (aplicado) em 30/04/2018	85.118,78
Receita Mensalidades Filiados	61.980,91
Receita Honorários Advocáticos	11.039,19
Total despesas pagas no mês	47.073,85
Saldo bancário (aplicado) em 31/05/2018	111.432,29
DESPESAS PAGAS NO MÊS	
Assessoria de Imprensa - jornalista	1.750,00
Assessoria de Informática	1.900,00
Assessoria Jurídica	7.350,00
Combustível - atividades sindicais	558,02
CUT - mês	4.790,27
Diarista - limpeza	480,00
Dir. Regional Sul (Dourados) - Aluguel - mês 4 e 5	1.400,00
Dir. Regional Sul (Dourados) - salário mês 4 e 5	5.008,00
Dir. Regional Sul - água, luz, telefone	382,55
Dir. Regional Sul - pequenas despesas	552,18
Dir. Regional Leste (Três Lagoas)	8,92
Encontro Est. Assistentes Sociais	1.000,87
Escritório de Contabilidade	1.895,00
Homenagens póstumas	200,00
Hospedagem e alimentação - viagens nacionais	1.980,00
INSS	2.170,66
Inscrição Congresso Abrasco	790,00
Manutenção prédio (água, luz, gás, pequenos reparos)	827,36
Passagens aéreas	5.189,09
Reforma sede- Engenheiro	1.908,00
Recolhimento mensalidade sindical funcionárias	58,13
Salários de Funcionárias	5.533,00
Taxas bancárias	73,40
Taxa anual Lixo PMCG	485,21
Telefone fixo	173,26
Telefones celular	609,93
TOTAL	47.073,85

PRESTAÇÃO DE CONTAS ABRIL/2018	RS
Saldo bancário (aplicado) em 31/03/2018	75.625,92
Receita Mensalidades Filiados	62.095,80
Receita Honorários Advocáticos	1.047,00
Total despesas pagas no mês	53.995,61
Saldo bancário (aplicado) em 30/04/2018	85.118,78
DESPESAS PAGAS NO MÊS	
Assessoria de Imprensa - jornalista	1.750,00
Assessoria de Informática	1.900,00
Assessoria Jurídica	7.350,00
Combustível - atividades sindicais	399,99
Combustível - viagens interior - assembleias	845,16
Contribuição atividades Dia do Trabalhador	1.000,00
Correios	1.412,35
CUT	9.580,54
Dir. Regional Sul (Dourados)	4.710,38
Dir. Regional Leste (Três Lagoas)	204,17
Diarista - limpeza	360,00
Escritório de Contabilidade	1.195,00
FGTS	481,04
Gráfica (jornal)	2.900,00
Hospedagem - viagens interior - assembleias	2.340,00
INSS	2.170,66
Manutenção prédio (água, luz, alarme, cópia chave, controle remoto)	922,68
Manutenção Veículo Etios Sedan (revisão de 20.000 km)	688,60
Material de cozinha e limpeza	906,14
Passagem aérea	1.925,63
Publicação Edital em Jornal	216,00
Reforma sede - Engenheiro	1.908,00
Repasse contribuição sindical funcionárias - SINTES	58,13
Reunião Diretoria Colegiada Estadual - DCE	1.895,33
Salários de Funcionárias	5.580,00
Taxas bancárias	73,40
Telefone fixo	171,48
Telefones celular	600,93
Toner para fotocopiadoras	450,00
TOTAL	53.995,61

JURÍDICO

28% REINTEGRADOS E PENSIONISTAS DA FUNASA

Processos Nº 0002101-47.2011.4.03.6000 e Nº 0002100.62.2011.4.03.6000:

Nos dois casos os processos continuam conclusos (com o juiz), aguardando determinação para os pagamentos.

ANUÊNIO FUNASA

Processo Nº 0009623-72.2004.403.6000:

Os termos de concordância de valores foram juntados ao processo em julho de 2017, com o pedido expresso de imediato pagamento, inclusive com prioridade em razão da idade avançada de boa parte das pessoas que integram o processo.

Após diversas solicitações do Sindicato, finalmente no começo deste mês (junho) o cartório judicial começou a efetuar o cadastramento das Requisições de Pagamento para futuro encaminhamento ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

A Assessoria Jurídica esclarece que embora não haja mais qualquer pendência ou questão a ser resolvida entre as partes, ainda assim não é possível estabelecer um prazo para que o dinheiro esteja disponível para os integrantes do processo, pois os procedimentos dependem exclusivamente do poder judiciário.

Importante esclarecer também que foi requerido ao juízo o desmembramento dos autos em relação aos servidores que faleceram no curso do processo, criando um novo processo para tratar exclusivamente dessas situações.

ANUÊNIO INSS

Processo Nº 0004040-82.1999.4.03.6000:

Após levantamento dos servidores que fizeram acordo ou que haviam entrado com outro processo (litispendência), o Sindicato solicitou ao juízo a execução da ação. O juiz determinou que o INSS elaborasse os cálculos em execução invertida.

O INSS opôs Embargos Declaratórios dessa decisão. Infelizmente é

necessário aguardar que juiz se manifeste sobre esse recurso, para seguimento do processo.

Após a definição relativa aos cálculos será necessária a juntada de Termos de Concordância dos servidores para posterior expedição das Requisições de Pagamento.

Embora ainda não seja possível estimar prazo para o efetivo recebimento dos valores, alertamos os servidores para a importância de manter endereços e telefones sempre atualizados junto ao Sindicato, para facilitar o contato no momento de assinar esses Termos.

A relação das pessoas que ainda integram o processo pode ser consultada no quadro do Jurídico no site eletrônico do Sindicato (<http://www.sintsprev-ms.org.br>).

28% - EX-INAMPS

Processo Nº 0001299-45.1994.4.03.6000:

A Assessoria Jurídica do Sindicato está elaborando os cálculos em grupos de 10 pessoas, e distribuindo-os de imediato para acelerar o andamento processual. Os cálculos compreendem o período de 1993 a 2017.

Caso não a AGU não concorde com os cálculos, ela deverá apresentar os seus, cabendo ao juiz decidir sobre quais estão corretos.

Nessa ocasião, o juiz também de-

verá decidir a respeito da incorporação do percentual à remuneração dos integrantes do processo.

Em razão da complexidade dos cálculos e das peculiaridades desse processo, não há como prever um prazo para isso.

28% - MINISTÉRIO DA SAÚDE

Processo Nº 0005001-96.1994.4.03.6000:

Esse processo conta com apenas trinta (37) integrantes, que inclusive já haviam assinado os Termos de concordância para receber os valores incontroversos, porém nesse meio tempo, o STJ acatou pedido do Sindicato e determinou o pagamento integral do valor, sem compensações, inclusive com incorporação do percentual (28,86%) à remuneração destes servidores. Assim, os cálculos, compreendendo o período de março de 1993 até a presente data, terão que ser refeitos.

Em relação à incorporação, o Juiz concedeu o prazo de 45 dias para que a União o faça, entretanto o Sindicato se viu obrigado a embargar tal decisão porque no Despacho o Juiz determinou a compensação, contrariando a decisão do STJ.

Estamos aguardando a resolução dessa questão para o desfecho final do processo. A relação das pessoas que integram o processo pode ser consultada no quadro do Jurídico no site eletrônico do Sindicato (<http://www.sintsprev-ms.org.br>).

PEC que concede indenização a ex-servidores da Sucam está parada

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC 17), apresentada em 2014 pelo Senador Valdir Raupp, que acrescenta o art. 54-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, concedendo indenização, tratamento médico e psicológico aos ex-servidores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM) e seus familiares, afetados por doença grave em decorrência de contaminação pelo dicloro-difenil-tricloroetano – DDT está desde 4/12/2017, aguardando que o presidente do Senado, Eunício Oliveira, inclua a matéria na pauta de deliberação do Senado.

A indenização inicialmente prevista era de R\$ 100 mil, mas teve a definição do valor alterada para 130 salários mínimos, o que hoje corresponde a R\$ 125.450,00.